









Impostos Fase de regulamentação

## Setor financeiro deve ser novo filão de receitas para Estados e municípios

Reforma em negociação no Congresso prevê uma divisão mais igualitária dos recursos obtidos com a tributação sobre o setor - hoje concentrada na União

BIANCA LIMA **ALVARO GRIBEL** BRASÍLIA

A reforma tributária tem o potencial de criar um novo filão de receitas para prefeitos e governadores: o setor financeiro. Hoje, a tributação desse segmento está concentrada principalmente na União, mas passará a ser repartida de forma mais igualitária entre os demais entes da Federação. No caso dos municípios, isso significará turbinar uma arrecadação já existente, enquanto que para os Estados será um dinheiro novo em caixa.

As regras para a distribuição desses valores vão constar do próximo projeto de lei que a equipe econômica prepara para regulamentação do Imposto sobre Valor Agregado (I-VA). O texto, que já está mobilizando os governadores, trará normativo referente aos entes locais e ao chamado comitê gestor, órgão que vai gerenciar a arrecadação e distribuição do IBS - o tributo que surgirá da unificação do ICMS (estadual) e do ISS (municipal).

Atualmente, os prefeitos só

taxam uma parte restrita dos serviços financeiros, por meio do ISS, que incide sobre tarifas e comissões, enquanto os governadores não têm essa fonte

Modelo atual Hoje, os prefeitos só taxam uma parte dos serviços; já governadores não têm essa fonte de arrecadação

de arrecadação, já que o ICMS não alcança esse setor. Com as novas regras, todo o segmento financeiro passará a ser alvo

tanto da CBS (o IVA federal) quanto do IBS.

"Vamos distribuir essa arrecadação para todo o Brasil", afirmou ao Estadão o diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Daniel Loria. O advogado tributarista está à frente das discussões sobre a nova taxação de bancos e demais instituições financeiras e integra a equipe capitaneada pelo secretário Bernard Appy.

Como a premissa da reforma é manter a carga tributária atual para todos os entes, os Estados poderão ter redução de outras fontes de receita ao longo do período de transição, com o objetivo de compensar eventual aumento desses ganhos financeiros. De toda forma, a vinculação com o setor bancário é vista com bons olhos, já que é um segmento com grande potencial de crescimento, sobretudo o mercado de crédito.

"Em regra, os municípios terão um aumento bastante considerável com esse setor de arrecadação", completa João Urbano Dias, auditor da Receita no Distrito Federal e representante do Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) no grupo de trabalho que tratou desse aspecto da regulamentação da reforma.

Ele estima que essas receitas municipais deverão, em média, se multiplicar por quatro nos cofres dos prefeitos, uma vez que a base de incidência do IBS, no âmbito do setor financeiro, será muito mais ampla do que a do ISS. •

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NAS PÁGS B2 e B4

